

1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2020 DO
2 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS
3 RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 24 DE
4 SETEMBRO DE 2020, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

5
6 No vigésimo quarto dia de setembro de dois mil e vinte, quinta-feira, as
7 09:30, no **Google Meet**, foi realizada a 2ª reunião extraordinária do ano de 2020
8 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e
9 Pardo (CBH Mogi/Pardo - GD6). Na reunião estiveram presentes 29 (vinte e
10 nove) membros, representando 29 (vinte e nove) Instituições. **Estiveram**
11 **presentes os membros da Diretoria: Presidente Mateus Felipe da Costa,**
12 **Vice - Presidente Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**
13 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Secretária Adjunta**
14 **Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário); e os**
15 **Conselheiros: Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**
16 **Minas Gerais – CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar de Minas**
17 **Gerais - PMMG), Ruben César Alvim Vieira (Instituto Mineiro de Águas -**
18 **IGAM), Leonel Satiro de Lima (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA),**
19 **Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG), Renato Pan**
20 **(Instituto Estadual de Florestas - IEF), Alessandro Aparecido da Silva**
21 **(Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Paulo Roberto Pinheiro**
22 **(Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura**
23 **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal**
24 **de Andradas), Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé),**
25 **Sérgio Luis Resende (Companhia de Saneamento de Minas Gerais –**
26 **COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Fábio Augusto**
27 **Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das**
28 **Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Silvana Vieira Martins**
29 **(Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas – DMAE),**
30 **Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de**
31 **Poços de Caldas – ASMIPC), Rogério Araújo Dias (Associação Nacional**

32 dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Antônio Carlos
33 Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas
34 – ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável
35 - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tommazi (Agência Regional
36 de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Ana
37 Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia
38 Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG Campus Poços de
39 Caldas), Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de
40 Alfenas – Unifal), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho
41 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREAMG), Valnei
42 José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes – NARP),
43 Claudiomir Silva Santos (Instituto Federal do Sul de Minas – Campus
44 Muzambinho). **Convidados:** Leandro Martins de Melo (Presidente da NARP)
45 **Item 1. Abertura da reunião:** A reunião foi aberta pelo Presidente Mateus Felipe
46 da Costa o qual agradeceu a presença de todos ali presentes e desejou uma boa
47 reunião a todos. Reforçou a importância da reunião pois seria eleito a nova
48 diretoria do Comitê GD6. **Item 2. Execução do Hino Nacional:** O Presidente
49 convidou todos a cantarem o Hino Nacional do Brasil. **Item 3. Leitura e**
50 **aprovação das atas:** Foi realizada a leitura e aprovação das atas das reuniões
51 dos dias 13/02/2020 e 04/08/2020, com algumas sugestões de alterações
52 sugeridas pelos conselheiros Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas – IEF),
53 Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tommazi (ARPA Rio Grande) e José
54 Edilberto da Silva Resende (APS). **Item 4. Eleição e posse da nova diretoria:**
55 Foi feita a votação nominal para a eleição da nova diretoria e por unanimidade
56 foi escolhida a única chapa inscrita, formada por: Rogério Araújo Dias
57 (ASSEMAE) – Presidente, João Luiz Magalhães Teixeira (CREA-MG) – Vice
58 Presidente, Juvenal Nogueira Marques (SEMAD) – Secretário, Rafaela Macedo
59 Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) – Secretária Adjunta. **Item 5.**
60 **Assuntos diversos:** José Edilberto (APS) começou informando que o Curso de
61 Capacitação da Agência Nacional de Águas que ocorreria em Poços de Caldas
62 entre os dias 19 e 23 de outro, foi suspenso devido ao cenário atual. Após o

63 conselheiro disse a respeito do Rio Grande que foi declarado uma vacância
64 temporária em função da discussão que houve em Brasília com o ministro do
65 Meio Ambiente. Informou também que como não havia como prorrogar o
66 mandato, houve uma carta pública e foi decidido que o Grande estava “certo”
67 sem ninguém no comando. Disse também que o processo eleitoral vai ser
68 retomado agora e até o ano que vem vai ter cumprido todo o processo de
69 substituição e indicação. Chamou a atenção dos conselheiros pois essa
70 transição que está sendo feita nos afluentes, o processo de habilitação de
71 inscrição do Grande será mais simples. A conselheira Silvana (DMAE) informou
72 sobre a reclamação da reunião anterior a respeito da ETE do Córrego D’antas.
73 Informou que a ETE é um ganho para a cidade, visto que muitas cidades não
74 possuem, e disse também que em Poços de Caldas o esgoto está sendo 100%
75 tratado. Ressaltou que os gases provenientes do tratamento não são
76 armazenados em câmaras e sim, enviados diretamente para um queimador de
77 gás, porém esses gases não estão sendo queimados pois não há pressão
78 suficiente para que isso ocorra. A Silvana (DMAE) confirmou com a engenheira
79 responsável e disse que estão tomando medidas com relação ao mal cheiro.
80 Informou que estão em busca de melhorias e que está sendo feito diversos
81 estudos para aperfeiçoar isto. A conselheira Ângela (CREAMG) pontuou a fala
82 do José Edilberto (APS) que a vaga do comitê no comitê Federal deve ser
83 pleiteada e isso não impede que os outros segmentos possam pleitear vagas
84 também. Chamou atenção também que tem que estar atento às mudanças do
85 novo Marco do Saneamento Básico, para entender a nossa posição. Informou
86 também que foi aberta a possibilidade de uso de água subterrânea em áreas
87 urbanas e com isso teremos muita demanda de águas subterrâneas. Opinou que
88 a água subterrânea é muito complicada na questão do volume de água
89 outorgada. Disse também para as entidades pleitear uma vaga no comitê
90 Federal, que há essa possibilidade e não apenas a indicação do comitê. O
91 Antônio Carlos Sales (ASSEA) completou que com a nova diretoria, o presidente
92 será do estado de Minas Gerais e que devemos escolher uma pessoa para
93 representar bem o estado de Minas Gerais no comitê Federal. O conselheiro

94 José Edilberto (APS) ressaltou a importância dos mineiros no Comitê do Rio
95 Grande e agradeceu a conselheiro Silvana (DMAE) e solicitou que o documento
96 de resposta à reclamação deveria ser anexado junto com a ata da reunião para
97 que a resposta seja dada ao reclamante. Disse também que recebe notícias
98 referente a ETE e não há um canal oficial de comunicação para debater sobre
99 essas notícias. Reforçou que houve audiência pública da Comissão das Águas
100 e nem foi convocado e demandou ao novo presidente que o comitê ocupe seu
101 espaço na Comissão das Águas. Solicitou que fosse definido um canal oficial do
102 comitê. O conselheiro da APS tocou no assunto a respeito de duas fotos do Rio
103 Taquari, com caráter de denúncia de contaminação, que enviou no grupo do
104 WhatsApp e não houve nenhum posicionamento das agências reguladora e
105 fiscalizadora e reforçou, também, que o comitê deve ser dirigente. A conselheira
106 do CREA – MG informou que recebeu as fotos e disse que a primeira providência
107 seria uma denúncia a Polícia Ambiental, para verificar a situação. Informou
108 também que há todo um protocolo da coleta de água para que seja válida a
109 análise. Relembrou que existe uma comissão referente a INB para acompanhar
110 toda a problemática da indústria. O atual presidente Rogério Dias (ASSEMAE)
111 concordou com a Ângela (CREA – MG) e reforçou a importância do grupo técnico
112 para acompanhar os assuntos pertinentes a INB. Retornou ao assunto do DMAE
113 e concordou com o José Edilberto (APS) que a questão maior é o estreitamento
114 do diálogo. Disse que há dificuldades quando se inicia uma ETE nova e que até
115 ela atingir a sua eficiência requerida, há uma demanda de muito empenho e
116 trabalho e que surgirão problemas, mas devem ser corrigidos. A palavra foi
117 passada para o Juvenal (SEMAD) e informou que Caldas tem uma Secretaria de
118 Meio Ambiente atuante e que poderia ajudar a Polícia Ambiental, pois a turbidez
119 foi identificada em um ponto do Rio Taquari e se pudessem colaborar para
120 encontrar a origem e encaminhar para a polícia, seria muito importante e
121 facilitaria a vida política. O conselheiro Paulo Pinheiro (Prefeitura Municipal de
122 Caldas) disse que conversaria com a sitiante para enviar a coordenada
123 geográfica. O representante da SEMAD informou que deve saber onde começa
124 para resolver o problema e o conselheiro Paulo (Prefeitura Municipal de Caldas)

125 disse que conversou com quem encaminhou a foto, que informou que o rio já
126 está normal. O Juvenal (SEMAD) reforçou que deve saber a origem no momento
127 pois passou e não tem mais o que ser feito. Disse que se ocorrer novamente,
128 deve-se acionar o pessoal de Caldas para nos ajudar. O conselheiro Paulo
129 (Prefeitura Municipal de Caldas) completou dizendo que a sitiante tem a água
130 coletada em sua casa, pois o pessoal da CNEN solicitou. A conselheira Laene
131 Fonseca (FIEMG) disse que a coleta tem um prazo pra ser entregue e que há a
132 questão do frasco, que dependendo do tempo não há como utilizar. Paulo
133 (Prefeitura Municipal de Caldas) informou que o contato dentro da CNEN, da
134 sitiante, é o Weber. A conselheira do CREA-MG, Ângela, disse que o Weber não
135 pediria para alguém coletar a água pois há todo um procedimento a ser seguido
136 para ser considerado em uma análise. E reforçou que devemos voltar o Plano
137 Diretor e mapear as atividades da bacia e onde elas estão. O conselheiro da
138 NARP, Valnei José de Melo, opinou dizendo que toda essa questão envolvendo
139 o afluente próximo a INB é algo muito sério e que devemos nos organizar e nos
140 capacitar, para monitorar e agir da maneira mais correta possível. A palavra foi
141 dada ao conselheiro Antônio Carlos Sales (ASSEA) que concordou com o
142 Juvenal (SEMAD) e Ângela (CREA-MG) que o cadastro do Plano Diretor é
143 fundamental e que todos devem ter o Plano Diretor e devem estudá-lo,
144 principalmente as 5 (cinco) ações que foram aprovadas em Jacutinga.
145 Mencionou que falta apoio e que todos devem estar unidos, além de dizer que
146 as Câmaras Técnicas devem trabalhar. A conselheira Laene, da FIEMG, deu
147 sugestão de ponto de pauta para a próxima reunião, que devemos colocar pelo
148 menos 1 (uma) das 5 (cinco) ações do plano diretor em plenária para serem
149 debatidas e qualquer assunto específico que precisar de mais tratamento, deve
150 ser encaminhado para a Câmara Técnica. O conselheiro da ASSEA concordou
151 e disse que esse assunto já foi aprovado pela Câmara Técnica e pela Plenária e
152 que agora devem ser executadas essas ações. A palavra foi passada para o
153 convidado Leandro Martins de Melo, presidente da NARP, que informou que as
154 imagens do Rio Taquari foram enviadas pela moradora afim de procurar
155 entidades para verificar o que estava acontecendo. Falou que essas denúncias

156 acontecem periodicamente e solicitaram ajuda do comitê para agilizar essas
157 denúncias. Reforçou a importância dos moradores, que são vigilantes das águas
158 e que repassam os problemas em forma de denúncia, que por muitas vezes não
159 sabem para onde recorrer. Informou que indica a realização da denúncia
160 anônima, através do número 181. Colocou-se à disposição para ajudar o comitê
161 e reforçou que os conselheiros são defensores das águas e que devemos dar
162 voz a população. A palavra foi passada para a conselheira Ângela (CREA-MG)
163 que sugeriu que devemos eleger uma prioridade para centralizar o trabalho e ver
164 quais instituições estão listadas como parceiras para que haja a mobilização
165 focada na prioridade eleita. Agradeceu ao Leandro (Presidente da NARP) pelas
166 explicações a respeito da poluição do rio e disse, também, que é essencial a
167 Polícia Ambiental ter treinamento para coleta de água. Informou que seria
168 interessante uma rede de treinamento para as pessoas que vivem o problema
169 realizarem a coleta e documentação com relação a poluição da água. Juvenal
170 (SEMAD) disse que pensa da mesma maneira que a Ângela e disse também que
171 devemos ter um braço executivo e buscar uma parceria com o Ministério Público.
172 Completou dizendo que devemos realizar, de forma organizada, a criação de um
173 programa de treinamento, capacitação e credenciamento. A palavra foi passada
174 para o conselheiro Newton Eleutério (PMMG) que informou que iriam no local
175 próximo à INB realizar a fiscalização. Solicitou ao Leandro (Presidente da NARP)
176 a localização exata onde ocorreu a possível contaminação do recurso hídrico por
177 fritura de batata. Disse que não se atém muito a questão de laudos periciais e
178 caso a empresa seja autuada, cabe a mesma provar documentalmente que não
179 realizou aquele fato. O Tenente (PMMG) informou que não realizam a coleta pois
180 não possuem equipamentos e nem conhecimento técnico. Concordou com o
181 Juvenal (SEMAD) e deu a sugestão de que o Ministério Público tem a
182 competência de designar uma empresa, laboratório ou profissional técnico para
183 auxiliar nas análises. A conselheira da FIEMG, Laene, sugeriu que pudéssemos
184 mapear os laboratórios que dão apoio na região para que se tenha um retorno
185 de resposta mais rápido. A Ângela (CREA-MG) solicitou a palavra e completou
186 dizendo que a Câmara Técnica de Meio Ambiente deveria realizar um roteiro

187 baseada em todas as sugestões propostas na reunião. O conselheiro José
188 Edilberto (APS) reiterou a fala da Ângela (CREA-MG) da efetividade do papel do
189 comitê, de ser propositivo, consultivo, deliberativo e de fazer acontecer. Pediu o
190 posicionamento do IGAM a respeito de tudo que foi debatido durante a reunião.
191 O conselheiro suplente Ruben Vieira (IGAM) informou que irá repassar a
192 demanda para o IGAM, que irá analisar o que deve ser feito nessas situações.
193 O conselheiro da APS agradeceu e disse que na reunião que ocorreu em Bom
194 Repouso houve a mesma manifestação e o IGAM não deu um posicionamento
195 até então. O conselheiro continuou dizendo que o comitê deve ter um canal
196 oficial de comunicação e que o grupo do WhatsApp deva ser excluído. A palavra
197 foi passada para o atual presidente Rogério Araújo Dias (ASSEMAE) que
198 concordou com a Ângela (CREA-MG) dizendo que devemos buscar uma
199 facilidade para resolver os assuntos e se houvesse um canal de comunicação
200 efetivo, seria melhor. Discordou com José Edilberto (APS) a respeito da extinção
201 do grupo do WhatsApp pois o mesmo facilita a comunicação. Lamentou o caso
202 de conflito de uso da água, no qual o DMAE passou, não ter chegado antes ao
203 comitê, que esse assunto deveria ser discutido desde o princípio dentro do
204 comitê. Disse que o DMAE teve prontidão para não prejudicar a empresa
205 privada, além de proferir sugestões, como captar águas na madrugada. A
206 conselheira Laene (FIEMG) concordou com o atual presidente dizendo que o
207 WhatsApp ajuda e facilita bastante a comunicação, mas não deve ser a única via
208 e que o meio oficial deva ser por e-mail. A conselheira Ângela (CREA-MG)
209 questionou se todos os conflitantes do caso do DMAE tinham outorga e
210 lembrou que a prioridade é abastecimento público e dessedentação de
211 animais. Rogério Dias (ASSEMAE) informou que não haveria outorga por parte
212 da empresa, porém foi providenciada. Ângela (CREA-MG) informou que o que
213 foi feito foi a autuação pedindo para outorgar. Rogério Dias (ASSEMAE)
214 informou que o DMAE tem outorga e por isso foi feita a denúncia. Laene (FIEMG)
215 lembrou o papel do comitê na resolução e diminuição de conflitos. E completou
216 dizendo que quem não possui a outorga, não tem o direito de reclamar. A palavra
217 foi passada para o conselheiro José Edilberto (APS), que completou o caso do

218 DMAE, dizendo que houve acordo com o irrigante que pudessem irrigar a noite
219 e que as coisas não funcionam assim e finalizou dizendo que devemos assumir
220 nossa posição e fazer acontecer o que foi decidido. **Item 6. Encerramento:** Nada
221 mais havendo a tratar, a 2ª Reunião Extraordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6)
222 foi encerrada as 12:00.